

PROJETO DE LEI Nº , DE 2017.
(Do Sr. ANGELIM)

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso, para tornar obrigatória a adaptação dos imóveis destinados aos idosos nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 2003, para estabelecer obrigatoriedade de adaptação de imóveis destinados aos idosos nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos.

Art. 2º O parágrafo único do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 38.

.....

Parágrafo único. As unidades residenciais reservadas para atendimento a idosos devem situar-se, preferencialmente, no pavimento térreo e estar adaptadas para o seu uso”. (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei que ora apresento busca suprir uma lacuna na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, conhecida como o Estatuto do Idoso que, ao estabelecer um percentual mínimo de 3% dos imóveis de programas

habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos que devem ser destinados a pessoas idosas não fez menção à necessidade de que estes imóveis sejam construídos de forma a atender a dificuldade de locomoção natural que atinge, em maior ou menor grau, as pessoas da terceira idade.

Projeções feitas com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, constantes do livro “Novo Regime Demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento”, organizado por Ana Amélia Camarano e publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, mostram que em 2050 teremos aproximadamente 68,1 milhões de idosos no Brasil, o que significa que este contingente populacional deve mais que triplicar nas próximas três décadas.

Por sua vez, a população idosa também tende a envelhecer, ou seja, o contingente muito idoso, com mais de 80 anos, deverá quadruplicar no período projetado, passando de cerca de 3 milhões em 2010 para aproximadamente 13 milhões em 2050, o que poderá significar quase 20% da população idosa.

Tendo em vista que a população idosa não para de crescer no Brasil e que as projeções apontam para um aumento significativo da participação dos idosos na composição da população brasileira já na metade deste século, peço aos nobres pares seu apoio para a presente proposição.

Sala de Sessões, em 15 de março de 2017.

ANGELIM
Deputado Federal
PT/AC